



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

1. Apresentação

Senhores acionistas, a Administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrorRio" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seu acionista as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

O MetrorRio apresenta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2015 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2014 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

2. O MetrorRio

Quando foi inaugurado, em março de 1979, o Metrô do Rio de Janeiro contava com 4,3 quilômetros de trilhos ligando cinco pontos próximos da cidade (Estações Glória, Cinelândia, Central, Presidente Vargas e Praça Onze). Nos primeiros dez dias de operação, seus trens transportaram mais de meio milhão de pessoas, numa média diária de 60 mil clientes.

Já no ano seguinte, as Estações Uruguiana e Estácio foram inauguradas. Com o surgimento destas duas estações, a demanda de passageiros foi incrementada, o que obrigou a Companhia a aumentar o número de carros nos trens de quatro para seis.

O ano de 1984 foi marcado pelo início da operação comercial da Linha 2 com cinco trens nos dias úteis, em intervalos de menos de seis minutos durante a semana. Seguindo o cronograma de expansão, a Estação Triagem foi inaugurada em julho de 1988. Em 1991 foi o ano da Estação Engenho da Rainha. De lá até 1996, duas estações entraram no circuito: Thomaz Coelho e Vicente de Carvalho. Neste período, o intervalo das nove composições da Linha 2 passou a ser de seis minutos.

No dia 19 de dezembro de 1997, na Bolsa de Valores do Rio, o Consórcio Opportans adquiriu o direito de explorar o serviço metroviário durante 20 anos, assumindo, em abril de 1998, o controle do serviço de transporte público metroviário.

Em dezembro de 2007, foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, que previa além de outros assuntos, o aumento do prazo da concessão por mais 20 anos, ou seja, até 2038 e a responsabilidade por parte do MetrorRio em investir R\$1,2 bilhões na modernização do sistema metroviário e a expandir as estações para outros pontos da cidade.

Em dezembro de 2009, o MetrorRio passou a fazer parte do grupo Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), juntando-se à CART – Concessionária Auto Raposo Tavares (SP), LAMSA – Linha Amarela S.A. (RJ) e CLN – Concessionária Litoral Norte (BA).

Em 1º de novembro de 2010, foi inaugurada a 35ª estação, a Cidade Nova e a última estação inaugurada foi a Uruguai, no dia 15 de março de 2014.

O MetrorRio é uma companhia aberta de capital nacional, sem ações negociáveis na BM&FBOVESPA, controlada em sua totalidade pela Invepar. O MetrorRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (verde) e 2 (laranja) do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 42 quilômetros de extensão, conforme demonstrado abaixo. Além disto, o MetrorRio possui contrato - de Operação e Manutenção da Linha 4 - firmado com a Concessionária Rio Barra S.A.

Estações L1 e L2:



Fonte: MetrorRio



Fonte: MetrôBarra

2.1 Destaques do Exercício Social de 2015

No final de maio de 2015, entrou em operação o Sistema de Piloto Automático no trecho Central – Cidade Nova do MetrorRio. A implantação deste sistema impacta diretamente no aumento da performance dos trens e na redução dos intervalos entre as viagens, contribuindo também para a redução no consumo de energia.

Esse sistema tem por finalidade conduzir o trem de forma automática, respeitando limites de velocidade, segurança de espaçamento entre trens e paradas em estação, o que colabora para a padronização das operações e para o alcance de uma sensível melhoria no desempenho da operação.

Em 2 de julho de 2015, a Moody's América Latina (Moody's), elevou o rating da Companhia, passando a escala Nacional (Brasil) de **A3.b para Aa2.b** e a escala Global de Ba3 para Ba2, ambos com perspectiva positiva. Os ratings da Moody's medem a perda total de crédito — incluindo tanto a probabilidade de um emissor entrar em default como a severidade esperada da perda depois que um default ocorre.

Em setembro de 2015, o MetrorRio obteve êxito na manutenção do **certificado da ISO 9001:2008**, através de auditoria externa no escopo de OPERAÇÕES DE TRENS E ESTAÇÕES PARA TRANSPORTES METROVIÁRIOS DE PASSAGEIROS. O certificado ISO 9001:2008 é uma norma internacional que fornece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) das organizações. O objetivo é fornecer um conjunto de requisitos que, bem implementados, dão mais confiança de que a organização é capaz de fornecer regularmente produtos e serviços que atendam às necessidades e às expectativas de seus clientes, e que estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Ao manter o certificado, a Companhia consegue: 1) Identificar, tratar e solucionar problemas que travam a organização; 2) Avançar o desempenho da organização, tanto internamente como perante os concorrentes, pois as atividades principais são monitoradas e os resultados aparecem em curto, médio e longo prazo; 3) Melhorar a reputação da marca, pois demonstra que a organização é comprometida com padrões internacionais reconhecidos e com a melhoria contínua; 4) Aumentar a produtividade, pois o controle das não conformidades reduz o retrabalho; 5) Melhorar a satisfação e o desempenho da organização para/com os clientes e 6) Antecipar-se aos problemas dos processos.

Em dezembro de 2015, foi realizado o evento de **liberação do 15º trem da Linha 4 para operação**. O MetrorRio acordou em realizar o comissionamento dos novos trens utilizando-os nas Linhas 1 e 2 possibilitando a identificação e correção de falhas iniciais. A ocasião também marcou a utilização destas composições na temporada de verão na Linha 2. Vale ressaltar que os novos trens têm ar condicionado 33% mais potente, trazendo maior conforto ao usuário durante o período de verão.

Em 2015, o MetrorRio também lançou **projeto de sinalização no entorno das estações**, com o objetivo de captar usuários, que desconhecem os locais de embarque do Metrô. A iniciativa consiste na instalação de 100 totens próximos as estações, os totens seguem projeto da RioTur, com informações sobre pontos turísticos e meios de transporte próximos.

3. Desempenho Operacional

3.1. Demanda

MM	2015	2014	Δ
MetrorRio - Pax Transportados	233,6	228,3	2,3%
MetrorRio - Pax Pagantes	211,1	207,0	2,0%

Em 2015, o número de passageiros pagantes cresceu 2,3% em relação a 2014, passando de 228,3 para 233,6 milhões.

As principais influências para o crescimento no ano de 2015 foram as obras do VLT, as quais impactaram a movimentação de veículos pelo Centro da cidade, gerando demanda para sistema metroviário. Outro fator de influência foi o maior número de dias úteis, comparado a 2014, ocasionando maior número de passageiros. Em contrapartida, a situação econômica da cidade do Rio de Janeiro, com o elevado número de demissões no setor privado, e com o declínio da população ocupada, gerou uma perda de usuários no sistema, compensando parcialmente os efeitos positivos citados acima.

3.2. MKBF

MM	2015	2014	Δ
MKBF - Mean Kilometers Between Failures	7.254	5.469	32,6%

O índice "MKBF" tem o objetivo de identificar a quantidade de quilômetros percorrida entre falhas operacionais. Dessa forma, quanto maior o indicador, melhor o desempenho.

Em 2015, o aumento do índice foi de 32,6%, motivado pela implementação de diversos projetos, tais como:

- Projeto "Paradão", que consiste na revisão dos principais sistemas, com

roteiro fixo mais a parte estética de pintura;

- Portas - substituição dos fusos de conjugação, o que gerava repercussão nos trens;
- Propulsão - substituição de componentes responsáveis pelos maiores índices de falhas do sistema;
- Ar condicionado - substituição dos condensadores para melhorar a eficiência do sistema.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1. Receita Operacional

Resultado Consolidado - MM	2015	2014	Δ
Receita Bruta	895,7	840,7	6,5%
Receitas Tarifárias	765,3	691,6	10,7%
Receitas Não Tarifárias	34,7	31,1	11,6%
Receita de Construção (IFRS) ¹	95,7	118,0	100,0%
Receita Bruta Ajustada	800,0	722,7	10,7%
Deduções da Receita Bruta	(22,8)	(20,5)	11,2%
Receita Líquida Ajustada	777,2	702,2	10,7%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada foi de R\$777,2 milhões em 2015, um crescimento de R\$75,0 milhões, ou 10,7% em relação a 2014. Abaixo seguem os principais fatores que determinaram o crescimento:

- Receitas tarifárias:** Representa 95,5% da receita bruta ajustada. O crescimento de R\$73,7 milhões, ou 10,7% em relação a 2014, é decorrente de: i) aumento no número de passageiros devido principalmente às alterações viárias no Centro do Rio de Janeiro, com as obras do sistema VLT no 1º semestre de 2015 e ii) reajuste tarifário, de R\$3,50 para R\$3,70, vigorando a partir do dia 2 de abril de 2015. Em contrapartida, a situação econômica da cidade do Rio de Janeiro, com o elevado número de demissões no setor privado, e com o declínio da população ocupada, gerou uma perda de usuários no sistema, reduzindo parcialmente os ganhos citados acima.

- Receitas não tarifárias:** Representa 4,5% da receita bruta ajustada. Em 2015, a receita não tarifária cresceu R\$3,6 milhões, ou 11,6% comparada a 2014. Este aumento foi motivado, principalmente, pela renovação, em melhores condições comerciais, do contratual junto à DMS PUBLICIDADE LTDA, que presta serviços de comercialização de publicidade nas estações.

- Receita de Construção:** O impacto da Receita de Construção é reflexo do volume de aquisições do Direito de Concessão (Investimentos) menos os custos de capitalização do resultado financeiro (projetos mencionados em Capex).

4.2. Custos e Despesas

R\$ MM	2015	2014	Δ
Custos e Despesas Operacionais	(673,3)	(646,1)	4,3%
Pessoal	(189,6)	(182,7)	3,8%
Conservação & Manutenção Operacionais	(65,4)	(59,9)	9,1%
Operacionais	(127,9)	(93,2)	37,2%
Despesas Administrativas	(79,4)	(88,3)	-10,1%
Custo de Construção (IFRS)	(95,7)	(118,0)	-18,8%
Depreciação & Amortização	(115,8)	(103,9)	11,4%
Custos e Despesas Operacionais Ajustada¹	(578,1)	(528,1)	9,5%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção. Em 2015 os custos e despesas operacionais ajustados apresentaram um crescimento de R\$46 milhões, ou 7,1% em relação a 2014, devido a:

- Pessoal:** Aumento de R\$6,9 milhões em 2015 em comparação a 2014, ou 3,8%. Os principais motivos para o aumento são: i) aumento do número de funcionários, passando do quadro de 2.566 em dezembro de 2014 para 2.610 em dezembro de 2015, e ii) provisão do reajuste salarial em 8,34% conforme INPC adotado no acordo coletivo fechado pela Companhia durante o ano.

- Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$5,5 milhões ou 9,1% em 2015 ante o ano de 2014, devido a maiores gastos com serviço de manutenção operacional, principalmente em recuperação de motores, serviços em truques e caixas reductoras, reparo em bombas, manutenção de ATMs e veículos auxiliares.

- Operacionais:** Aumento de R\$34,7 milhões em 2015, ou 37,2%, frente a 2014. A rubrica de energia elétrica representa 57,2% do total de custos operacionais e, nos últimos 12 meses a tarifa de energia de distribuição sofreu dois reajustes, que juntos somam 41%. No mesmo período, outros gastos foram contingenciados pela Companhia a fim de suprir estes custos, devido ao cenário macroeconômico de 2015.

- Despesas Administrativas:** Redução de R\$8,9 milhões em 2015, ou 10,1%, frente ao mesmo período de 2014. As principais contribuições para essa redução foram: 1) menores gastos com comunicação e marketing e 2) redução de gastos com consultorias. Importante ressaltar que em 2014, com a realização da Copa do Mundo, foram realizados maiores gastos em campanhas de publicidade, materiais de divulgação e eventos.

- Custo de Construção:** O impacto do Custo de Construção é reflexo do volume de aquisições do Direito de Concessão (Investimentos) menos os custos de capitalização do resultado financeiro (projetos mencionados em Capex).

- Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$11,9 milhões em 2015 em comparação a 2014, ou 11,4% devido a entrada em operação de alguns projetos: Sistemas de Automação para interligação entre as estações São Cristóvão - Central; Modernização interior dos carros de metrô com objetivo de aumentar o conforto e confiabilidade dos componentes e sistemas de carros da frota atual e Gerenciamento de interfaces da Estação Uruguai.

4.3. EBITDA e Margem EBITDA

R\$ MM	2015	2014	Δ
EBIT	199,2	174,1	14,4%
(+) Depreciação & Amortização	115,8	103,9	11,4%
EBITDA¹	314,9	278,0	13,3%
Ajustes	—	—	—
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	95,7	118,0	-18,9%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	(95,7)	(118,0)	-18,8%
EBITDA Ajustado²	314,9	278,1	13,3%
Receita Líquida Ajustada	777,2	702,2	10,7%
Margem EBITDA (%) Ajustada	40,5%	39,6%	1,1 p.p.

¹Instrução CVM nº 527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção. O EBITDA Ajustado totalizou R\$314,9 milhões em 2015, 13,3% maior do que o apresentado em 2014.

O aumento do EBITDA Ajustado ocorreu devido a maior receita, justificada pelo número de passageiros pagantes e tarifa média, além da redução das despesas administrativas. Já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 40,5%, uma variação positiva de 1,1 p.p. em comparação a 2014.

4.4. Resultado Financeiro

R\$ MM	2015	2014	Δ
Receitas Financeiras	127,3	47,5	168,0%
Despesas Financeiras	(221,0)	(124,9)	-43,5%
Resultado Financeiro	(93,7)	(77,4)	-17,4%

Em 2015, o resultado financeiro do MetrorRio apresentou uma deterioração de 17,4% em relação a 2014, uma variação de R\$16,3 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente:

- Receitas Financeiras:** aumento de 168,0% ou R\$79,8 milhões em 2015 se comparado a 2014, devido, principalmente a: 1) ganho com swap, derivativo constituído em conjunto ao empréstimo do Banco Citibank nos termos da Lei 4.131/1962 e 2) ganhos com aplicações financeiras em 2015, principalmente sobre o Fundo FIC – Fundo de Investimento em Cotas administrado pela Caixa Econômica Federal, para compra de 19 novos trens que já se encontram em operação, que se comparado a 2014 apresentou valorização das cotas em 52,9%. As cotas do Fundo FIC são atreladas à variação da moeda norte-americana.

- Despesas Financeiras:** aumento de R\$96,1 milhões, ou 43,5% no ano de 2015 se comparado ao mesmo período de 2014, é justificado por: 1) atualização monetária sobre processos cíveis e trabalhistas relacionados ao Contrato de Concessão; 2) despesas com Aval sobre contratos de financiamentos, e 3) juros e atualização monetária sobre Debêntures Lamsa que é corrigida pela variação da TR+9,5%; CEF corrigida pela variação da taxa 100% da DI e BB corrigida pela taxa DI + 112,10%. A TR passou de 1,53% em 2014 para 1,80% em 2015, ou seja, uma variação de 17,6% e a DI passou de 12,14% em 2014 para 13,24% em 2015, uma variação de 9,1%.

4.5. Resultado do Exercício

R\$ MM	2015	2014	Δ
Lucro do Exercício	84,7	61,2	38,4%

O Lucro Líquido em 2015 foi de R\$84,7 milhões, representando um aumento de 38,4% ou R\$23,5 milhões em relação a 2014. Impactado pelo maior lucro operacional (EBIT), que no ano cresceu 14,4%, passando de R\$174,1 milhões para R\$199,2 milhões, além da redução com Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devido ao benefício fiscal trazido pela proposta de distribuição de JSCP (juros sobre capital próprio).

4.6. Disponibilidades e Endividamento

R\$ MM	2015	2014	Δ
Dívida Bruta	1.205,1	1.168,6	3,1%
Curto Prazo	549,8	66,2	731,1%
Longo Prazo	655,4	1.102,5	-40,6%
Disponibilidades	266,8	181,6	46,9%
Caixa e Equivalentes de caixa	111,0	109,2	1,7%
Aplicações Financeiras	155,8	72,4	115,2%
Dívida Líquida	938,3	987,0	-4,9%

A dívida líquida do MetrorRio encerrou 2015 com um saldo de R\$938,3 milhões, redução de R\$48,7 milhões, ou o equivalente a 4,9% em relação a 2014.

As disponibilidades apresentaram um crescimento de R\$85,2 milhões ou 46,9% em 2015, se comparado a 2014. Este aumento é justificado (i) pela rentabilidade do Fundo FIC, que é atrelado à moeda norte-americana que, no ano de 2015, sofreu valorização de 46,8% (enquanto em dezembro de 2014 estava cotada a R\$2,65, ao final de 2015 estava cotada a R\$3,90), e (ii) por menores volumes de saída de recursos para investimento em Capex.

O aumento da dívida bruta em 3,1% ou R\$36,5 milhões é justificado pela captação de Nota Promissória em 29 de maio de 2014 no montante de R\$55,0 milhões. Em novembro de 2014, foi realizada rolagem da dívida, tendo sido a Nota Promissória substituída por debênture com vencimento em 19 de maio de 2016.

4.7. Alavancagem

R\$ MM	2015	2014	Δ
Alavancagem	938,3	987,0	-4,9%
Dívida Líquida ¹	938,3	987,0	-4,9%
EBITDA ¹	314,9	278,1	13,3%
Alavancagem	3,0	3,5	-16,4%

¹Dívida Líquida/EBITDA Ajustada LTM (Last twelve months)

No comparativo entre 2015 e 2014, a Companhia reduziu seu índice de alavancagem de 3,5 para 3,0 anos, ou seja, redução de 16,4% em anos de geração de caixa para pagamento da dívida.

4.8. Principais Investimentos - CAPEX

R\$ MM	2015	2014	Δ
Adição ao Imobilizado	41,2	43,8	-5,8%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	11,0	2,7	306,8%
Direito de Concessão (Investimento)	108,9	128,9	-15,5%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(1,7)	(10,9)	-84,3%
(-) Transações não Caixa	(28,2)	(16,7)	68,9%
(-) Margem de Construção	—	—	0,0%
Total Investido	131,2	147,8	-11,2%

Os investimentos somam R\$131,2 milhões em 2015. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos:

- Subestação de Energia Thomaz Coelho e Coelho Neto;
- Sinalização – intertravamento Pavuna;
- Sinalização ATP – Linha 2;
- Projeto gerenciamento comissionamento novos trens;
- Sistemas para Interligação São Cristóvão;
- Modernização interior dos carros; e
- Gerenciamento interfaces Uruguai.

5. Gestão Estratégica

5.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2016-2020 visa definir o MetrorRio do Futuro e orientar as ações da Companhia nesse sentido, o foco estratégico do MetrorRio é a excelência operacional, maximizar e diversificar suas receitas, otimizar seus custos, rentabilizar seus investimentos - com o auxílio dos Principais Projetos de Gestão - e fortalecer sua marca, com o engajamento e entusiasmo de sua equipe.

5.2. Missão e Visão

Missão
Prover soluções de mobilidade urbana, com rapidez, previsibilidade e confiabilidade.

Visão
Ser referência em operação metroviária nas Américas, admirada e respeitada pelos seus usuários, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

Valores
O Código de Ética elaborado pela Holding Invepar e aplicado às suas controladas funciona como instrumento de consolidação da cultura ética e sustentável. Os objetivos do Código de Ética e Conduta do grupo Invepar são:

- Estabelecer diretrizes de conduta ética para o fiel cumprimento da missão, visão e valores do grupo Invepar.
- Estabelecer parâmetros para a conduta dos funcionários do grupo nas relações com a sociedade como um todo.
- Estabelecer princípios claros nos relacionamentos internos e externos à empresa, posicionando-a de forma íntegra na sociedade.
- Criar um mecanismo de consulta e atuação sobre a conduta ética necessária.
- Manter em alto nível a imagem e a reputação do grupo Invepar como agente socioeconômico.

- Estabelecer um canal de denúncias para práticas em desacordo com os princípios e valores definidos no Código de Ética e Conduta. Diante disto, operamos com base nas melhores práticas de governança corporativa, sempre prezando por princípios básicos:

- Pessoas e Equipes;
- Honestidade;
- Responsabilidade socioambiental;
- Empreendedorismo;
- Comprometimento, respeito e inovação.

O que nos move

Melhoramos a vida das pessoas, transportando mais e melhor.

5.3. Principais Projetos de Gestão

BPM
O BPM (*Business Process Management* ou Gerenciamento de Processos de Negócio) teve início no MetrorRio em outubro de 2014 com a análise dos processos da cadeia de valor da Companhia. No ano de 2015 já foi possível observar alguns ganhos de produtividade com a implantação da gestão por processos em áreas piloto. O escritório de processos e eficiência está sendo estruturado em 2016 tendo como missão o desenvolvimento de projetos para capturar ganhos de eficiência e produtividade para toda a Companhia.

OBZ
A metodologia OBZ (Orçamento Base Zero) suportou o processo orçamentário da Companhia em 2015, segregando gastos limiares e incrementais, tendo como base a atividade operacional da Companhia. Com a utilização desta metodologia, os gastos incrementais puderam ser classificados de acordo com suas prioridades.

PROJETO CONSOLIDAR

O Projeto Consolidar, foi iniciado em 2015, quando a Invepar (controladora) completou 15 anos. O objetivo é solidificar o que foi construído ao longo desse tempo, a partir de uma gestão mais estruturada, com processos padronizados, integrados, mais eficazes e transparentes. Dessa forma, o grupo estará consolidado e preparado para uma nova onda de crescimento.

5.4. Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos do MetrorRio tem como premissa garantir o alinhamento cultural, a gestão do conhecimento, o desenvolvimento dos funcionários e equipes e das competências de liderança, contribuindo para o alcance dos resultados da organização.

Em 2015, o MetrorRio contou com 2.610 colaboradores. A valorização e desenvolvimento de seu capital humano são questões prioritárias. A Companhia adota políticas, incluindo as de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional, processos e estruturas compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Em 2015, a Companhia seguiu com seu processo de transformação cultural, o JSF - jeito de ser e fazer da Companhia -, conta com quatro pilares importantes: Aspectos Humanos da Gestão; Processos Simples e Eficazes; Identidade e Imagem Positiva e Resultados Empresariais Sustentáveis.

5.5. Responsabilidade Social e Corporativa

A atuação social do MetrorRio está alinhada às diretrizes do Instituto Invepar, que privilegia três áreas temáticas consideradas fundamentais para o desenvolvimento e a valorização dos territórios impactados: Educação, Meio Ambiente e Esporte e Cultura.

As ações são pautadas nas necessidades das comunidades, mapeadas em um perfil socioeconômico, que é atualizado periodicamente. No ano de 2015 foram realizados projetos de investimento social privado e projetos incentivados através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura/Rio de Janeiro oriundo do Imposto sobre Serviço (ISS) e Lei Rouanet.

Além disso, a Companhia conta com diversas ações de relacionamento direto com as comunidades do entorno da Linha 1 e 2 (Rede Comunitária, Programa Estação Alegria, Programa Iniciando Carreiras e Programa de Gratuidade – Liberação Social), além de ações que envolvem os colaboradores internos (Comitê de RSE e Programa de Voluntariado), totalizando 19 ações de responsabilidade social no ano de 2015.

5.5.1. Responsabilidade Ambiental

Estação de Tratamento de Efluentes Industriais

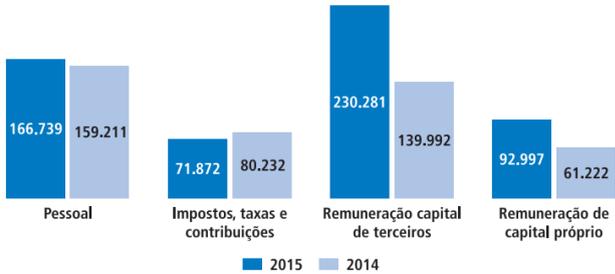


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

5.7. Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA – CPC 09) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela Companhia em determinado período e sua respectiva distribuição.

O valor adicionado demonstra ainda a efetiva contribuição da Companhia, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza na economia em que está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção. O MetrôRio, em 2015, gerou R\$561,9 milhões contra R\$440,7 milhões em 2014, distribuídos da seguinte forma:



6. Considerações Finais

6.1. Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio Parceiros dos Objetivos do Milênio 2015

O MetrôRio recebeu, no dia 17 de dezembro de 2015, o prêmio em referência, promovido pela Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

A premiação reconheceu empresas do Rio de Janeiro que atuaram em prol do desenvolvimento humano. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de 8 Metas que o Brasil e mais 190 países se comprometeram a atingir até 2015, em uma conferência realizada pela ONU que tinha como objetivo a construção de uma nação mais justa, pacífica e sustentável. A cerimônia aconteceu no Palácio do Itamaraty e teve a LAMSA, o Instituto Invepar e o Instituto Masan como indicados.

Estação Uruguai



A Estação Uruguai foi citada em mais uma publicação internacional. O livro "Level - 1, Contemporary Underground Stations of the World" foi escrito pela irlandesa Linda Baker e editado pela editora alemã Braun Publishing, especializada em livros de arquitetura, design e arte. Em meio a estações de diversos países, descritas como "catedrais do transporte público", a Estação Uruguai ganhou destaque em quatro páginas, com imagens, texto e ficha técnica. Este reconhecimento demonstra o alinhamento do Programa Uruguai com o planejamento estratégico do MetrôRio e sua visão de ser referência em mobilidade urbana.

IQS

Em outubro de 2015, foram apresentados aos colaboradores da Companhia os resultados da Pesquisa de Índice de Qualidade de Serviços (IQS) realizada em setembro de 2015, na qual o MetrôRio apresentou aumento de 0,2 p.p. na nota final, atingindo 7,8. A pesquisa de opinião dos passageiros e usuários, realizada pelo IBOPE é encomendada pela Concessionária para

medir a qualidade dos serviços prestados, seguindo as diretrizes do Contrato de Concessão.

Os atributos que mais se destacaram foram o "Tempo de Espera na Plataforma" e o "Tempo de Viagem" que tiveram as melhores avaliações desde 2008 e 2009 respectivamente. O IQS pontuou itens operacionais e também pesquisou os tipos de usuários que utilizam nossos serviços.

O MetrôRio segue mantendo seu desafio estratégico com qualidade: ser referência em mobilidade urbana nas Américas, admirada e respeitada pelos seus usuários, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

6.2. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa.

No relacionamento da Companhia com o Auditor Independente, o MetrôRio adota procedimentos como o impedimento de realização de trabalhos de não-auditoria, para evitar a existência de conflito de interesses ou perda de independência de seus auditores independentes, com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover os interesses da Companhia.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.3. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

6.4. Agradecimentos

Finalizando, o MetrôRio expressa seu agradecimento aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os seus colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Expresso em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014		
ATIVOS CIRCULANTES						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	111.026	38.807	111.028	38.809	Fornecedores	12	53.943	61.848	53.943	61.848
Aplicações financeiras	4	131.790	115.885	131.790	115.885	Empréstimos e financiamentos	13	207.488	57.418	207.488	57.418
Créditos a receber	5	8.319	4.504	8.319	4.504	Debêntures	13	342.286	8.734	342.286	8.734
Estoques	6	33.090	23.025	33.090	23.025	Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.b	4.836	4.806	4.836	4.806
Impostos a recuperar	7.a	9.137	1.433	9.137	1.433	Salários, provisões e contribuições sociais		29.378	30.249	29.378	30.249
Adiantamentos		16.258	14.632	16.258	14.632	Concessões de serviços públicos	14	2.171	1.266	2.171	1.266
Partes relacionadas	8	9.272	3.389	9.272	3.389	Serviços a prestar		4.096	5.451	4.096	5.451
Instrumentos financeiros derivativos	23	48.799	3.885	48.799	3.885	Partes relacionadas	8	34.290	4.665	34.290	4.665
Outros ativos		577	67	577	67	Instrumentos financeiros derivativos	23	5.423	-	5.423	-
Total do ativo circulante		368.268	205.627	368.270	205.629	Juros sobre capital próprio a pagar	8	39.001	-	39.001	-
						Outras obrigações		2.109	1.513	2.109	1.513
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		725.021	175.950	725.021	175.950
Aplicações financeiras	4	24.023	31.028	24.023	31.028	NÃO CIRCULANTE					
Créditos a receber	5	4.883	4.622	4.883	4.622	Empréstimos e financiamentos	13	521.542	669.013	521.542	669.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.c	37.882	38.693	37.882	38.693	Debêntures	13	133.828	433.457	133.828	433.457
Depósitos judiciais	15	45.849	43.625	45.849	43.625	Concessões de serviços públicos	14	47.651	42.381	47.651	42.381
Investimentos	11	2	2	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher		187	187	187	187
Imobilizado	9	31.142	92.505	31.142	92.505	Provisões para riscos	15	14.973	14.156	14.973	14.156
Intangível	10	2.312.976	2.262.018	2.312.976	2.262.018	Total do passivo não circulante		718.181	1.159.194	718.181	1.159.194
Total dos ativos não circulantes		2.456.757	2.472.493	2.456.755	2.472.491	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
TOTAL DOS ATIVOS		2.825.025	2.678.120	2.825.025	2.678.120	Capital social		1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
						Reserva legal		4.177	-	4.177	-
						Dividendos adicionais a distribuir		33.486	-	33.486	-
						Prejuízos acumulados		-	(1.184)	-	(1.184)
						Total do patrimônio líquido		1.381.823	1.342.976	1.381.823	1.342.976
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.825.025	2.678.120	2.825.025	2.678.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços		777.223	702.204	777.223	702.204
Receita de construção		95.749	117.981	95.749	117.981
RECEITA LÍQUIDA	17	872.972	820.185	872.972	820.185
Custo dos serviços prestados	17	(431.261)	(394.950)	(431.261)	(394.950)
Custo de construção	17	(95.749)	(117.981)	(95.749)	(117.981)
LUCRO BRUTO		345.962	307.254	345.962	307.254
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais, administrativas e com vendas	17	(130.748)	(135.064)	(130.748)	(135.064)
Outras receitas operacionais, líquidas		(16.059)	1.925	(16.059)	1.925
Total		(146.807)	(133.139)	(146.807)	(133.139)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	127.331	47.517	127.331	47.517
Despesas financeiras	18	(221.028)	(124.892)	(221.028)	(124.892)
Total		(93.697)	(77.375)	(93.697)	(77.375)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		105.458	96.740	105.458	96.740
Imposto de renda e contribuição social corrente	7.c	(19.916)	(23.229)	(19.916)	(23.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.c	(811)	(12.289)	(811)	(12.289)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		84.731	61.222	84.731	61.222
Lucro líquido básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	19	0,059	0,042	0,059	0,042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.731	61.222
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	84.731	61.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Expresso em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	896.530	849.537
Prestação de serviços	799.978	722.667
Receita de Construção	97.471	128.924
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.875)	(5.784)
Outras receitas	956	3.730
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(347.324)	(352.477)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		
Custo de Construção	(95.749)	(117.981)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(251.575)	(234.496)
Valor adicionado bruto	549.206	497.060
Retenções	(115.770)	(103.918)
Depreciação e amortização	(115.770)	(103.918)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	433.436	393.142
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	129.005	47.517
Valor adicionado total a distribuir	562.441	440.659
Distribuição do valor adicionado	562.441	440.659
Pessoal e encargos	166.739	159.213
Remuneração direta	116.120	111.811
Benefícios	42.398	38.382
FGTS	8.221	9.020
Impostos, taxas e contribuições	69.275	80.232
Federais	50.055	62.921
Estaduais	3.914	3.479
Municipais	15.306	13.832
Remuneração capital de terceiros	241.696	139.992
Juros	158.708	109.799
Aluguéis	19.262	2.724
Outras	63.726	27.469
Remuneração de capital próprio	84.731	61.222
Juros sobre capital próprio	45.884	-
Lucros retidos	38.847	61.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Expresso em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Legal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.344.160	-	-	(62.406)	1.281.754
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.222	61.222
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.344.160	-	-	(1.184)	1.342.976
Lucro líquido do exercício		-	-	-	84.731	84.731
Reserva legal	16.b	-	4.177	-	(4.177)	-
Juros sobre capital próprio	16.c	-	-	-	(39.001)	(39.001)
IR sobre juros sobre capital próprio		-	-	-	(6.883)	(6.883)
Dividendos adicionais a distribuir		-	-	33.486	(33.486)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.344.160	4.177	33.486	-	1.381.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Expresso em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social gerado pelas atividades operacionais:		105.458	96.740	105.458	96.740
Depreciações e amortizações	9/10	115.770	103.918	115.770	103.918
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	22.056	75	22.056	75
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		176.784	128.741	176.784	128.741
Ajuste de operação de hedge		(41.468)	(3.885)	(41.468)	(3.885)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.875	5.784	1.875	5.784
Outros		(1.105)	3.858	(1.105)	3.858
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Créditos a receber	5	(2.959)			



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetróRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis na área objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. A Companhia é controlada pela Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, ai incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$356.751 (capital circulante líquido positivo consolidado de R\$29.679 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e empréstimos, respectivamente, no curto prazo junto aos bancos HSBC e CITIBANK nos montantes de R\$265.333 e R\$147.893, para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações, vencíveis em 11 de março de 2016.

Com atuação ativa na avaliação das fontes de financiamento, a Administração da Companhia e da INVEPAR, tomaram medidas visando o alongamento da dívida e a melhora dos indicadores financeiros, como descrito na nota explicativa 26.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, foram aprovadas em 30 de março de 2016 pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Adoção das IFRSs novas e revisadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:
 - Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
 - Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
 - Modificações à IFRS 11 – Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
 - Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.
 - Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
 - Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
 - IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas – determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:
 - IFRS 5 – Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas – introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.
 - IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
 - IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
 - IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16º da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.
- c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
 - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
 - IFRS 15 - Receita com Contratos de Clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:
 - IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto, não são esperados impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.4. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) **Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) **Receita de construção**

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada no Brasil, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto

prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 180 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Tributação
Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas operacionais	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

2.15. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. A taxa básica de juros SELIC de 14,15%, aplicada, foi determinada com base em premissas e é considerada estimativa contábil.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis



consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de *hedge*. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.22. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	1.215	5.516	1.217	5.518
Certificado de depósitos bancários - CDB	38.337	677	38.337	677
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	71.474	32.614	71.474	32.614
Caixa e equivalentes de caixa	111.026	38.807	111.028	38.809

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 91,34% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				31/12/2015	31/12/2014
Fundo cambial exclusivo (a)	108,92%	SELIC/ IPCA	set/18	-	38.066
Letras financeiras de tesouro				64.388	13.075
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				1.448	-
Mercado Futuro				7.942	-
Operações compromissadas				73.778	51.141
Fundo mover (b)	100,40%	CDI/SELIC	nov/26	17.651	2.539
Letras financeiras de tesouro				1.426	606
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				17.833	9.050
Certificado de depósitos bancários - CDB				21.102	52.549
Operações compromissadas				58.012	64.744
Total circulante				131.790	115.885
Certificado de depósitos bancários - CDB	96,00%	DI	maio/18	11.370	11.172
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99,69%	DI	out/15	9.769	9.972
Operações compromissadas	100,00%	DI	jun/16	2.884	9.884
Total não circulante				24.023	31.028
Aplicações financeiras				155.813	146.913

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a Invepar, o MetroBarra, o MetrôRio, a LAMSA e a CLN. De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2015, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$11.227 e não há restrição de movimentação destes recursos.

As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$24.023 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

- R\$2.683, (intermediador Banco Safra S.A.) e R\$179 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
- R\$15 (Banco Santander), R\$172 (Banco Safra S.A.), R\$15 (Banco HSBC) e R\$4.156 (Banco Itaú) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis;
- R\$9.769, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 13;
- R\$7.034, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Venda de passagens (a)	1.904	2.438
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	8.930	6.402
Outros títulos a receber	779	178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.294)	(4.514)
Créditos a receber circulante - líquido	8.319	4.504

Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	10.578	10.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.695)
Créditos a receber não circulante	4.883	4.622

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Saldos vencidos									
	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2015	22.191	(8.989)	1.904	5.421	311	162	121	76	62	14.134
31 de dezembro de 2014	19.335	(10.209)	2.438	1.855	123	141	126	28	22	14.602

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31 de dezembro de 2015									
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.989)	(22)	(22)	(32)	(121)	(76)	(8.655)			

	31 de dezembro de 2014									
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.209)	(41)	(10)	(5)	(126)	(28)	(9.977)			

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(10.209)	(4.425)
Adições	(1.903)	(6.289)
Reversões	28	505
Baixas	3.095	-
Saldo no fim do exercício	(8.989)	(10.209)

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 180 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia recebeu o montante de R\$762 referentes à gratuidade estudantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, no mesmo período de 2014, foram recebidos valores de R\$445.

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	32.339	17.116
Adiantamento a fornecedores	751	751
Materiais importados	-	5.158
Total	33.090	23.025

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social (*)	6.549	1.167
IRRF - Aplicações financeiras	2.543	-
Outros	45	266
Total	9.137	1.433

(*) Antecipação e saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores).

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	-	762
PIS e COFINS	1.066	499
ISS	1.381	1.488
ICMS	-	28
IRRF e CSRF	1.712	1.339
Taxa AGETRANSR-PJ	380	313
INSS sobre terceiros	297	377
Total	4.836	4.806

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	31/12/2015	31/12/2014	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	4.402	10.799	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	1.585	4.051	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.056	3.471	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencimento maior que 2 anos.
Provisão de redução do valor recuperável	4.588	-	Realização pelo recebimento, alienação ou efetivação da perda.
Provisão para riscos	6.627	4.813	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Amortização provisão outorga suplementar	8.642	7.799	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Provisão para participação nos lucros	3.698	4.289	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisões não dedutíveis	10.117	9.073	Expectativa de realização conforme pagamento.
Varição cambial não realizada	(555)	(2.126)	Expectativa de realização conforme pagamento.
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.571)	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda.
Amortização de outorga (*)	(6.375)	(6.663)	Realização conforme Inciso IV art. 69 da Lei nº 12.973/14.
Custo de captação (*)	(281)	(589)	Realização conforme Inciso IV art. 69 da Lei nº 12.973/14.
Outros	4.038	5.347	Expectativa de realização conforme pagamento ou baixa.
	37.882	38.693	

Impostos diferidos - Ativo 46.753 45.945

Impostos diferidos - Passivo (8.871) (7.252)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal e custo da dívida, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$50, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015	
	2016	2017
2016	24.133	
2017	743	701
2018	707	743
2019	803	803
2020 a 2022	4.292	4.292
2023 a 2025	16.081	16.081
Total	46.753	46.753

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
--	----------------------------	--



Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973/14 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei nº 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Controladora e Consolidado						
31/12/2015						
		Ativo	Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	12.848	133.828	-	(14.943)
LAMSA	Nota de débito	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito	68	5.519	-	-	(17.250)
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	-	39.001	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito	-	11.382	-	-	(11.382)
METROBARRA*	Nota de débito/Locação de trem	8.645	17.356	-	6.604	(17.356)
VIA-040	Nota de débito	1	-	-	-	-
		9.272	86.139	133.828	6.604	(60.931)

Controladora e Consolidado						
31/12/2014						
		Ativo	Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	8.734	146.676	-	(10.872)
LAMSA	Nota de débito	-	33	-	-	33
INVEPAR	Nota de débito	-	4.632	-	-	(17.885)
INVEPAR	Nota de débito	72	-	-	-	72
METROBARRA	Nota de débito	2.041	-	-	4.012	-
VIA-040	Nota de débito	718	-	-	718	-
		3.389	13.399	146.676	4.802	(28.790)

* Em 15 de abril de 2015 MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metropolitano da linha 4 para utilização nas linhas 1 e 2. A remuneração pela a utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290,4 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. O contrato permanecerá em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Em 31 de março de 2016 se iniciaram os testes nas partes liberadas da via. Os testes integrados da linha 4 iniciaram em 01 de junho de 2016.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

		31/12/2015	31/12/2014
Composição		Diretoria	Diretoria
Pró-labore		2.853	2.703
Bônus variáveis		1.865	1.679
Encargos		632	582
Outros benefícios		325	262
Total		5.675	5.226

Em 30 de abril de 2015 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$5.946.

A eleição do Conselho de Administração ocorreu em 29 de abril de 2014, para um mandato de dois anos (2014-2015), os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

9. IMOBILIZADO

Controladora e Consolidado						
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %						
		Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transfe-rências*	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	12,60%	56.916	14.475	(5.070)	(27.748)	38.573
Móveis e utensílios	10%	26.873	2.958	(26)	(25.316)	4.489
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	12.502	2.070	(4.940)	-	9.632
Peças sobressalentes*		10.100	394	-	(10.494)	-
Adiantamento a fornecedores		18.026	-	-	(18.026)	-
Imobilizado bruto		126.240	19.897	(10.036)	(81.584)	54.517

Máquinas e equipamentos		(19.578)	(5.897)	130	9.270	(16.075)
Móveis e utensílios		(6.700)	(3.472)	16	9.383	(773)
Veículos		(1.645)	(101)	-	-	(1.746)
Equipamentos de computação		(5.812)	(1.800)	2.831	-	(4.781)
Depreciação acumulada		(33.735)	(11.270)	2.977	18.653	(23.375)
Imobilizado líquido		92.505	8.627	(7.059)	(62.931)	31.142

* Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para o ativo intangível.

Controladora e Consolidado						
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %						
		Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2014
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	12,60%	40.925	13.418	(1)	2.574	56.916
Móveis e utensílios	10%	11.152	8.762	(25)	6.984	26.873
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.071	3.300	(33)	164	12.502
Peças sobressalentes		12.866	7.169	-	(9.935)	10.100
Adiantamento a fornecedores		6.636	11.177	-	213	18.026
Imobilizado bruto		82.473	43.826	(59)	-	126.240
Máquinas e equipamentos		(15.123)	(4.455)	-	-	(19.578)
Móveis e utensílios		(4.523)	(2.197)	20	-	(6.700)
Veículos		(1.528)	(117)	-	-	(1.645)
Equipamentos de computação		(4.287)	(1.558)	33	-	(5.812)
Depreciação acumulada		(25.461)	(8.327)	53	-	(33.735)
Imobilizado líquido		57.012	35.499	(6)	-	92.505

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL

Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixa	Transfe-rências*	Saldo em 31/12/2015
Concessão de serviços públicos					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.237.122	-	-	-	1.237.122
Investimento na concessão*	411.353	103.402	(15.545)	81.584	580.794
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	8.494	4.122	-	-	12.616
Outros	14	-	-	-	14
Total intangível bruto	2.983.962	107.524	(15.545)	81.584	3.157.525
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(230.492)	(10.816)	-	-	(241.308)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(301.480)	(58.161)	548	(18.653)	(377.746)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(185.156)	(32.165)	-	-	(217.321)
Direito de software	(4.816)	(3.358)	-	-	(8.174)
Amortização acumulada (d)	(721.944)	(104.500)	548	(18.653)	(844.549)
Total intangível líquido	2.262.018	3.024	(14.997)	62.931	2.312.976

* Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para o ativo intangível.

Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2014	
Concessão de serviços públicos					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	394.136	
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.142.566	94.556	-	1.237.122	
Investimento na concessão	377.054	34.368	(69)	411.353	
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843	
Direito de software	5.771	2.723	-	8.494	
Outros	14	-	-	14	
Total intangível bruto	2.852.384	131.647	(69)	2.983.962	
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(219.676)	(10.816)	-	(230.492)	
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(251.075)	(50.405)	-	(301.480)	
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(152.991)	(32.165)	-	(185.156)	
Direito de software	(2.611)	(2.205)	-	(4.816)	
Amortização acumulada (d)	(626.353)	(95.591)	-	(721.944)	
Total intangível líquido	2.226.031	36.056	(69)	2.262.018	

Em 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R\$231.196 e o montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga suplementar" é de R\$162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada anualmente, considerando-se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

• *Receitas*

As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de usuários.

• *Custos e despesas operacionais*

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

• *Investimentos de capital*

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2,00, subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão abaixo demonstrados:

MASU 9		
Ativo	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu uma filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

O capital social da investida é de US\$12.200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

Citpax		
Ativo	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	20	22
Imobilizado	995	995
Intangível	13.551	13.551
Total do ativo	14.566	14.568

Passivo		
Partes relacionadas*	3.645	3.645
Contas a pagar	2.123	1.993
	5.768	5.639

Patrimônio líquido		
Capital social	24.689	24.709
Prejuízos acumulados	(15.891)	(15.780)
	8.798	8.929
	14.566	14.568

Total do passivo e patrimônio líquido

*Valor referente a contas a pagar com o MetrôRio.

Citpax		
	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Financeiro	(131)	(13)
Resultado antes dos impostos	(131)	



Descrição	Adições			Amortização			
	31/12/2013	Capta-ções	Juros	Varição Cambial	Principal	Custo de Transfe-rência	31/12/2014
Passivo circulante							
BNDES 1	8.924	-	396	-	(6.281)	(414)	- 2.625
BNDES 2	27.855	-	1.590	-	(8.772)	(1.611)	- 19.062
BNDES 3							
Subcrédito "A"	22.926	-	15.216	-	(22.271)	(15.237)	- 22.272 22.906
Subcrédito "B"	445	270	77	-	(464)	(76)	- 464 716
Subcrédito "C"	12.595	590	8.597	-	(12.680)	(8.592)	- 12.680 13.190
FINEP							
Subcrédito "A"	1.570	-	277	-	(1.554)	(282)	- 1.554 1.565
Subcrédito "B"	1.666	-	489	-	(1.644)	(493)	- 1.644 1.662
Calyon	2.015	-	195	312	(2.019)	(193)	- 1.978 2.288
NP - HSBC	171.268	-	3.599	-	(160.000)	(14.867)	- -
NP - Banco do Brasil	-	55.000	3.105	-	(55.000)	(3.105)	- -
Debênture - HSBC	117.940	-	2.656	-	(100.000)	(20.596)	- -
Debênture - LAMSA	1.226	-	15.546	-	-	(15.532)	- 7.494 8.734
Conta Garantida - Santander	10.000	-	-	-	(10.000)	-	- -
Caixa Econômica Federal	3.492	-	19.438	(112)	-	(19.003)	- 1.203 5.018
Subtotal	381.922	55.860	71.181	200	(380.685)	(100.001)	- 49.289 77.766
Passivo não circulante							
BNDES 3							
Subcrédito "A"	219.004	-	-	-	-	-	- (22.272) 196.732
Subcrédito "B"	1.251	518	-	-	-	-	- (464) 1.305
Subcrédito "C"	119.318	5.609	-	-	-	-	- (12.680) 112.247
FINEP							
Subcrédito "A"	4.792	-	-	-	-	-	- (1.554) 3.238
Subcrédito "B"	5.070	-	-	-	-	-	- (1.644) 3.426
Calyon	3.957	-	-	281	-	-	- (1.978) 2.260
Debênture - LAMSA	154.170	-	-	-	-	-	- (7.494) 146.676
Debênture - HSBC	-	210.000	21.010	-	-	-	- - 231.010
Caixa Econômica Federal	239.770	-	-	2.945	-	-	- (1.203) 241.512
Debênture BB	-	55.000	771	-	-	-	- - 55.771
Citibank	-	85.000	1.559	11.852	-	-	- - 98.411
Subtotal	747.332	356.127	23.340	15.078	-	-	- (49.289) 1.092.588
Total	1.129.254	411.987	94.521	15.278	(380.685)	(100.001)	- - 1.170.354
Custos de captação	(1.143)	-	-	-	-	(589)	- - (1.732)
Total geral	1.128.111	411.987	94.521	15.278	(380.685)	(100.001)	(589) - 1.168.622

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	458.103
2017	65.458	64.653
2018	61.533	59.748
2019	60.198	59.480
2020 em diante	468.181	460.487
	655.370	1.102.471

BNDES
• Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento foi em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

• Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

• Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

- Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
- Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo.

Financiamento
Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36.389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., serão pagos em parcela única. O principal será pago em 11 de março de 2016.

Financiamento importação
Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data.

Notas promissórias
• Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fazem jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, em 14 de março de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidadas no montante de R\$174.868.

• Em 27 de maio de 2014, a Companhia emitiu cinco Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$11.000, coordenada pelo BB - Banco de Investimento S.A. totalizando R\$55.000. Em 27 de maio de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fazem jus a remuneração de 109,30% da CDI ao ano, 19 de novembro de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidadas no montante de R\$58.105.

FINEP
Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal
Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito "B" ainda não foram creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente.
- Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.
- Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$1.722 (R\$10.943 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures
• Em 14 de março de 2012, foram emitidas e integralmente subscritas, 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% da

variação da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa 1,50% a.a.. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado. Em 3 de maio de 2012, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão ficou estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 14 de março de 2014, as debêntures foram totalmente liquidadas no montante de R\$120.596.

• Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debênturas da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

• Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

• Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB - Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de maio de 2016.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF*	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual

*Resultado Financeiro

Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas foram atendidas.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Controladora e Consolidado 31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	1.143	659
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.028	607
	2.171	1.266

Não circulante

Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	47.651	42.381
	47.651	42.381
Total	49.822	43.647

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

• R\$1.143 (R\$659 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2015, está programada para setembro de 2016.

• R\$47.651 (R\$42.381 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2015, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de dezembro de 2015, R\$47.651 (R\$42.381 em 31 de dezembro de 2014), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$50.501 (R\$46.447 em 31 de dezembro de 2014). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrerem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados:

- à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguaçu (inaugurada em março de 2014);
- à aquisição de novos trens; e
- (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2015, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor investido totalizou R\$103.402 (R\$128.924 exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$1.028 (R\$607 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a renovação/ extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Movimentação concessão:

	31/12/2014	Atualização resultado	Pagamento	31/12/2015
Outorga (a)	1.266	1.044	(139)	2.171
Circulante	1.266	1.044	(139)	2.171
Outorga (b)	42.381	5.552	(282)	47.651
Não Circulante	42.381	5.552	(282)	47.651
Total	4			



	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2014
Cíveis	6.752	812	663	(674)	7.553
Trabalhistas	4.576	1.093	1.188	(753)	6.104
Tributárias	1.168	-	-	(985)	183
Administrativas	-	316	-	-	316
Total	12.496	2.221	1.851	(2.412)	14.156

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metrôviário. Em 31 de dezembro de 2015, existiam 717 processos em andamento (629 processos em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$89.711 (R\$81.982 em 31 de dezembro de 2014).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2015, existiam 512 processos em andamento (432 processos em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$72.072 (R\$19.752 em 31 de dezembro de 2014).

c) Riscos tributários

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") com processo de nº 2002.51.01.0217788-8 – 5ª VF, em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999. No segundo trimestre de 2015, consultores jurídicos realizaram estudos e a probabilidade passou a ser de perda possível, efetuando sua reversão.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS com processo de nº 2003.51.01.029595-0 – 27ª VF, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da pericia judicial.

d) Riscos administrativos

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$316, relativa ao Auto de Infração (AI nº 008-CATRA-2014) com processo regulatório de nº E-12/004.275/2013 relativo à suspensão da circulação dos trens das Linhas 1 e 2. No terceiro trimestre de 2015, ocorreu a reversão da provisão do risco administrativo passando a fazer parte dos riscos cíveis.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$25.678 em depósitos recursais (R\$22.851 em 31 de dezembro de 2014).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucussora.

Destá forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$29.023 (R\$30.169 em 31 de dezembro de 2014), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.171 (R\$19.338 em 31 de dezembro de 2014).

c) Bloqueios judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$1.562 (R\$1.432 em 31 de dezembro de 2014).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia provisionou o montante de R\$45.884 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 31 de julho de 2015.

O JSCP antecipado no exercício superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo. A Administração optou por destinar o restante do resultado para dividendos adicionais propostos no montante de R\$33.486.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	84.731
Absorção de prejuízos acumulados	(1.184)
Lucro antes da destinação	83.547
Reserva Legal (5%)	(4.177)
Base para Dividendos mínimos obrigatórios	79.370
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.843
Distribuição de Juros sobre capital próprio antecipado	45.884
IR sobre juros sobre capital próprio pagos	(6.883)
JSCP líquido de imposto de renda atribuído ao dividendo mínimo obrigatório	39.001*
* R\$0,027 por ação	

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2015		31/12/2014	
Receitas				
Receita com passagens	765.306	691.600		
Receitas acessórias	34.672	31.067		
Receita da construção	95.749	117.981		
Impostos e contribuições sobre a receita	(22.755)	(20.463)		
Receita de serviços líquidas	872.972	820.185		
Custos e Despesas por natureza				
Pessoal e encargos	(189.621)	(182.737)		
Conservação e manutenção	(65.360)	(59.891)		
Comunicação, marketing e publicidade	(8.792)	(13.304)		
Seguros e garantias	(3.349)	(3.376)		
Serviços de terceiros	(14.758)	(12.638)		
Veículos	(556)	(416)		
Consultoria e assessoria	(19.341)	(21.749)		
Aluguéis e impostos*	(19.262)	(2.725)		
Energia elétrica	(73.177)	(53.591)		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)/ Provisão para riscos	(2.037)	(19.756)		
Serviços compartilhados	(17.015)	(18.486)		
Depreciação e amortização	(115.770)	(103.918)		
Custo de construção	(95.749)	(117.981)		
Outros	(49.030)	(35.502)		
	(673.817)	(646.070)		
Custo de serviços prestados	(431.261)	(394.950)		
Despesas gerais e administrativas	(130.748)	(135.064)		
Custo de construção	(95.749)	(117.981)		
Outras despesas operacionais líquidas	(16.059)	1.925		
	(673.817)	(646.070)		

	31/12/2015		31/12/2014	
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	16	7		
Juros sobre aplicações financeiras	57.354	23.906		
Juros ativos	91	62		
Operações de hedge	47.516	4.412		
Variação monetária ativa	4.721	4.732		
Variações cambiais ativas	17.633	14.398		
Total receitas financeiras	127.331	47.517		
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(52.524)	(48.269)		
Comissões e despesas bancárias	(1.988)	(2.328)		
Juros passivos	(12.606)	(5.790)		
Operações de hedge	(6.050)	(56)		
Variação monetária passiva	(16.223)	(26.644)		
Juros sobre debêntures	(42.657)	(24.437)		
Ajuste a valor presente	-	(32)		
Variações cambiais passivas	(61.663)	(5.427)		
Juros com partes relacionadas	(14.943)	(10.872)		
Outros	(12.374)	(1.037)		
Total despesas financeiras	(221.028)	(124.892)		
Resultado financeiro líquido total	(93.697)	(77.375)		

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015		31/12/2014	
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador	84.731	61.222		
Denominador (em milhares de ações)	1.446.899	1.446.899		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899		
Lucro líquido básico e diluído por ações (R\$)	0,059	0,042		

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2015, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	250.000	01/08/2014	01/08/2016	Bradesco
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2014	01/08/2016	Allianz
Transporte nacional	4.000	12/02/2014	28/02/2016	RSA
Transporte internacional	3.000*	13/02/2014	28/02/2016	RSA
Automóvel frota**	Tabela Fipe	31/12/2014	31/12/2015	Tokio Marine
D&O	100.000	21/09/2015	21/09/2016	XL

(* Em milhares de Dólares - (Em reais R\$11.610).

(**) Renovação da apólice com vigência de 31/12/2015 a 31/12/2016.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$24.023 (R\$31.028 em 31 de dezembro de 2014), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 13.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015. A Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e

(ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metrôviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	111.028	-	38.809	-
Aplicação financeira	155.813	-	146.913	-
Créditos a receber	-	13.202	-	9.126
Parte relacionada	-	9.272	-	3.389
Instrumentos financeiros derivativos	48.799	-	3.885	-
Total do ativo	315.640	22.474	189.607	12.515
Passivos				
Fornecedores	-	72.229	-	61.848
Parte relacionada	-	22.908	-	4.665
Empréstimos e financiamentos	-	729.030	-	726.431
Debêntures	-	476.114	-	442.191
Obrigações com poder concedente	-	49.822	-	43.647
Total do passivo	-	1.350.103	-	1.278.782

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC, IPCA as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações com característica de hedge.

Ativo/ Operação	passivo	Entidade	Vencimento	referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2015
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	151.221	108.016	41.223	43.205
							Ativo circulante	43.205
								31/12/2014
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	98.727	93.644	5.083	3.125
							Ativo circulante	3.125

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações para proteção cambial de passivo com Citibank, Banco Santander, HSBC Bank e Banco Votorantim. Abaixo o demonstrativo:

31/12/2015							
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,2847	13	



Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa	DI	109.811	15.242	11.431	7.621
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	47.297	6.565	4.924	3.282
Operações compromissadas	DI	76.349	10.597	7.948	5.299
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	64.388	9.014	6.761	4.507
Mercado Futuro	DI	1.448	201	151	101
Operações compromissadas	DI	7.942	1.102	827	551
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	17.651	2.471	1.853	1.236
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	1.426	200	150	100
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	17.833	2.475	1.856	1.238
Operações compromissadas	DI	21.102	2.929	2.197	1.464
Empréstimos e financiamentos					
BNDDES	TJLP	(322.740)	(23.399)	(29.248)	(35.098)
FINEP	TJLP	(6.683)	(485)	(606)	(727)
Debênture BB	DI	(64.105)	(8.898)	(11.122)	(13.347)
	Taxa de Câmbio				
Financiamento importação*	R\$/US\$	(844)	(502)	(628)	(754)
Financiamento CEF	TR	(249.199)	(4.884)	(6.105)	(7.326)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(146.676)	(2.875)	(3.594)	(4.312)
Debênture HSBC	DI	(265.333)	(36.828)	(46.035)	(55.242)
CITIBANK	DI	(147.893)	(20.528)	(25.659)	(30.791)

(* Em dezembro de 2015 montante em Dólares.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	729.030	726.431
Debêntures	476.114	442.191
Caixa e equivalentes de caixa	(111.028)	(38.809)
Aplicações financeiras	(155.813)	(146.913)
Dívida líquida	938.303	982.900
Patrimônio líquido	1.381.823	1.342.976
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.320.126	2.325.876

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	9.901	16.686
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	1.722	10.943
Juros sobre capital próprio provisionado	19.001	-

25. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O MetrôRio mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	(2.769)	(3.599)
2. Valor justo do ativo do plano	9.092	8.213
3. Situação financeira do plano	6.323	4.164
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	6.323	4.164
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-
Informações patrimoniais		
1. Taxa nominal de desconto	12,62%	10,95%
2. Crescimento salarial médio	1,00%	1,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	4,50%
4. Taxa de retorno dos investimentos	12,62%	10,95%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
por sexo		

Estadísticas dos participantes

	2015	2014
1. Ativos, aposentados, pensão por morte, invalidez permanente, Auto patrocinados e benefício proporcional diferido		
a. Quantidade	506	552
b. Folha anual dos salários de participação	19.803	19.364
c. Salário de participação médio mensal	3.601	3.259
d. Idade Média (anos)	45	44
e. Tempo de serviço médio (anos)	15	13

Mudança no valor presente das obrigações

	2015	2014
1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	3.599	3.311
2. Custo do serviço corrente	355	248
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	395	375
4. Contribuições dos empregados	6	6
5. Ganhos / perdas atuárias - experiência	(383)	(487)
6. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses demográficas	(863)	(12)
7. Ganhos / perdas atuárias – hipóteses financeiras	(340)	158
8. Valor presente das obrigações no exercício atual	2.769	3.599

Mudança no valor justo dos ativos

	2015	2014
1. Valor presente das obrigações no final exercício anterior	8.213	6.941
2. Custo do serviço corrente	927	811
3. Custo de juros sobre o valor presente das obrigações	(392)	(25)
4. Contribuições dos empregados	337	481
5. Ganhos / perdas atuárias - experiência	7	5
6. Valor presente das obrigações no exercício atual	9.092	8.213

Custo de benefício definido esperado a ser reconhecido no resultado em 2016 é de R\$221.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2016, houve a 6ª (sexta) emissão de Debenture pelo HSBC, no montante de R\$210.000, com amortização de R\$30.000 prevista para março/17 e R\$180.000 para março/18.

Em março de 2016, houve o refinanciamento do empréstimo com o Citibank, no montante de R\$140.000, com amortização de R\$20.000 prevista para março/17 e R\$120.000 para março/18.

A DIRETORIA	CONTADOR
	Magno Silva de Moraes CRC 108.830/O-4 RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

